



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UMA VIATURA
LIGEIRA DE MERCADORIAS DO TIPO TODO-O-TERRENO E
EQUIPADA COM CAIXA ABERTA PARA A DIVISÃO DE
PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA**

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJECTO

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **contratação do fornecimento de uma viatura ligeira de mercadorias do tipo todo-o-terreno e equipada com caixa aberta, para a Divisão de Protecção Civil e Vigilância**, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

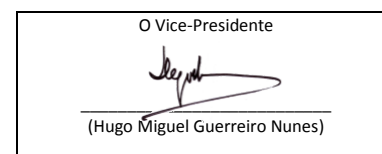
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 3º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;
- c) Obrigação de manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
- d) Obrigação de proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão o equipamento.

ARTIGO 4º

ENTREGA DO BEM OBJECTO DO CONTRATO

- 1- A entrega do bem será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Espaço Público e de Transportes, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo indicado na proposta do adjudicatário.
- 2- O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos.
- 3- O adjudicatário obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE.
- 4- Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

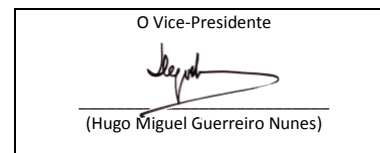
ARTIGO 5º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

- 1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2- O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

ARTIGO 6º

INSPECÇÃO E REALIZAÇÃO DE TESTES

1- Efectuada a entrega do bem objecto do contrato, a Entidade Adjudicante, procede, no prazo de 5 dias, à inspecção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- A inspecção qualitativa a que se refere o número anterior será efectuada da seguinte forma:

- Verificação das características técnicas de acordo com o exigido no Caderno de Encargos (passíveis de serem confirmadas mediante inspecção visual);
- Realização de testes que consistirão na utilização da viatura para o fim a que se destina.

ARTIGO 7º

INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1- No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2- No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3- Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes, nos termos da cláusula anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 8º**ACEITAÇÃO**

1- Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de recepção, assinado pelo representante do fornecedor e da Entidade Adjudicante.

2- Com a assinatura do auto de recepção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

ARTIGO 9º**GARANTIA**

1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura por um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data da assinatura do auto de recepção.

2- Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.

ARTIGO 10º**SIGILO**


O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.

ARTIGO 11º**PREÇO CONTRATUAL**

1- Pelo fornecimento do bem objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

ARTIGO 12º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- A quantia devida pela Entidade Adjudicante deve ser paga no prazo de 60 dias após a recepção da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados na factura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

ARTIGO 13º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1- Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar nos seguintes termos:

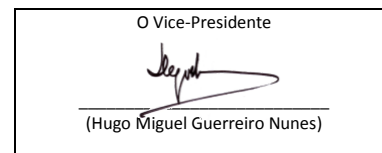
- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente ao bem objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4- Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega do bem se encontra cumprido na data do fornecimento, desde que se encontre em condições de ser recebido.

ARTIGO 14º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.


3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 15º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 16º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 17º**SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18º**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 19º**PREÇO BASE**

O preço base do procedimento é **€ 45.000,00** (quarenta e cinco mil euros).

ARTIGO 20º**PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**

Considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for inferior a **€ 25.000,00** (vinte e cinco mil euros).

ARTIGO 21º**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FORNECIMENTO DA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DO TIPO TODO-O-TERRENO E EQUIPADA COM CAIXA ABERTA.

1. Esta autarquia pretende adquirir uma viatura ligeira de mercadorias do tipo todo-o-terreno (4x4) com cinco lugares de lotação e equipada com caixa aberta e metalizada;
2. Esta viatura deverá possuir as seguintes características técnicas:
 - Motorização: "Diesel";
 - Categoria da viatura: Ligeira de mercadorias;
 - Tipo: Todo-o-terreno (4x4)
 - Cabine dupla;
 - Cor: Branca;
 - Lotação: 5 lugares;
 - Número de portas: 4 portas;
 - Cilindrada: Igual ou superior a 2.000 cm³;
 - Potência máxima: Igual ou superior a 160 cv;
 - Binário máximo: Igual ou superior a 320 Nm.
2. A caixa da viatura deverá possuir as seguintes características técnicas:
 - Metalizada de origem e na cor da viatura (branca);
 - Proteção plástica no interior da caixa;
 - Terá uma cobertura superior rígida ("Hardtop"), de origem e na mesma cor;
 - A cobertura terá a mesma altura da cabina;
 - A cobertura terá porta na traseira;
3. Esta viatura deverá estar equipada com o seguinte:
 - Três conjuntos de chaves de ignição (duas serão com telecomando para abertura e fecho de portas e uma poderá ser de segurança ou para cópia);
 - Controle de velocidade ("Cruise control");
 - Direcção Assistida;
 - Ar condicionado;
 - Airbag do condutor;
 - Airbag do passageiro dianteiro;
 - Cintos de segurança em todos os lugares;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

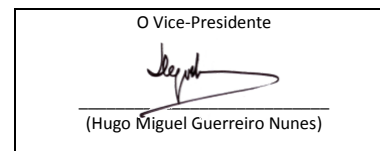
O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- Encostos de cabeça dianteiros e traseiros em todos os lugares, reguláveis em altura;
- Relógio digital;
- Regulação interior dos faróis dianteiros;
- Sistema de aquecimento e ventilação;
- Tomada de 230 volts no interior do habitáculo para pequenos aparelhos (PC's, "tablets", carregamento de telemóveis, entre outros);
- Banco do condutor ajustável em comprimento;
- Sistema de travagem equipada com ABS;
- Controle eletrónico de estabilidade (ESP);
- Coluna de direção ajustável;
- Vidros elétricos à frente e atrás;
- Fecho central de portas com controlo remoto;
- Luz avisadora de baixo nível de combustível;
- Para-choques na cor da carroçaria;
- Sensores de estacionamento à frente e atrás;
- Retrovisor interior;
- Olhais de reboque à frente e na retaguarda;
- Bola de reboque;
- Tapetes de borracha à frente e atrás (no habitáculo);
- Rádio com leitor de CD's. Este rádio deverá possuir um sistema de ligação via "Bluetooth", com controlo por voz, para telemóveis (tipo kit mãos - livres);
- Triângulo de pré – sinalização de perigo;
- Equipamento de navegação (GPS) de origem;
- Pneus mistos (50/50);
- Porcas de segurança nas rodas;
- Proteções inferiores para o motor, caixa de velocidades e depósito de combustível para situações de circulação fora de estrada ("Off-Road");
- Dois coletes retrorreflector devidamente homologado nos termos da legislação em vigor;
- Pneu sobresselente com as ferramentas necessárias para a sua substituição, incluindo macaco para elevação de viatura;
- As características (desenho, cor, tamanho, etc.) da jante e do pneu da roda sobresselente serão iguais às das restantes rodas da viatura;
- Sistema de localização por GPS (sem sistema de navegação) compatível com o sistema instalado na restante frota do Município de Loulé, de modo a ser acessível através do portal (endereço eletrónico) www.masternaut.pt.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4. A viatura deverá apresentar um período mínimo de garantia total igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data de entrega da mesma. Para efeitos de garantia, não se excetuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.
5. **Manuais e catálogos:**
 - 5.1. O adjudicatário obriga-se a fornecer manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos ou elétricos;
 - 5.2. O adjudicatário compromete-se manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
6. **Plano de manutenção preventiva:**
 - 6.1. O adjudicatário fornecerá junto com a proposta um plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção;
7. **Formação:**
 - 7.1. O adjudicatário compromete-se a proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão a viatura;
 - 7.2. Juntamente com a proposta os concorrentes deverão indicar o programa de formação que se propõem organizar.